



Consulta

Compra de Espaço Publicitário de Exterior

novembro 2018

Conteúdo

1. Introdução	2
2. Enquadramento	2
2.1. Apresentação	2
2.2. O Contexto Atual	3
2.3. Posicionamento	4
2.4. Visão	4
2.5. Público-Alvo	5
3. Campanha Outdoors	6
4. Objeto da Consulta	6
5. Período da Prestação do Serviço	7
6. Preço Base	7
7. Requisitos Relativos à Segurança e Proteção de Dados	7
8. Condições Administrativas	8
8.1. Forma da Proposta	8
8.2. Documentos que Acompanham a Proposta	8
8.3. Apresentação e Prazo da Proposta	9
8.4. Condições de Pagamento	9
8.5. Critérios de Seleção	9
8.6. Negociação	10
8.7. Dúvidas e Esclarecimentos	10
8.8. Análise e Exclusão das Propostas	10
8.9. Minuta do Contrato, Notificação e Obrigações Contratuais	10
8.10. Entidade Adjudicante	10

1. Introdução

Este documento apresenta informação considerada relevante para a **consulta para aquisição de espaço publicitário**.

2. Enquadramento

2.1. Apresentação

O programa “PORTUGAL SOU EU” (PtSouEu) é uma iniciativa do Governo Português, aprovada em Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2011, cujo principal objetivo é a valorização da oferta nacional.

“PORTUGAL SOU EU” é também uma marca utilizada, sob a forma de selo, por múltiplos produtos / serviços das empresas nacionais, para que os consumidores finais e as entidades que adquirem bens intermédios, reconheçam a origem dos produtos / serviços, realizem uma escolha informada e valorizem a oferta nacional.

A implementação do Programa é da responsabilidade das organizações privadas AEP, AIP, CAP e o IAPMEI, cabendo a atribuição do selo às entidades associativas. O programa é gerido através de um Órgão de Gestão em regime de co-promoção/consórcio coordenado pela AEP.

O projeto dinamiza diversas iniciativas, eventos e ações promocionais, junto de consumidores assim como as orientadas para as empresas.

O programa “PORTUGAL SOU EU” é cofinanciado pelo PORTUGAL 2020 no período 2018 – 2020.

Atualmente, o “Portugal Sou Eu” abrange todos os sectores da economia portuguesa. A produção agrícola e primária, os produtos de transformação industrial, o artesanato e os serviços, através da adesão ao Selo “Portugal Sou Eu”. Mais recentemente, o programa passou a contemplar os setores do comércio a retalho e da restauração, através da adesão ao Estatuto “Estabelecimento Aderente”.

Até ao momento estão qualificados com o selo “Portugal Sou Eu” mais de 3.400 produtos que, no seu conjunto, representam um volume de negócios agregado superior a 3,1 mil milhões de euros. A grande

maioria dos produtos tem patentes e/ou marcas registadas e 67% integra o setor da alimentação e bebidas. No portal www.portugalsoueu.pt estão registadas mais de 1.400 empresas nacionais, cujos produtos estão em processo de qualificação.

Com o objetivo de divulgar de uma forma mais abrangente o “Portugal Sou Eu”, nos últimos dois anos, foram organizados mais de uma centena de eventos/sessões dirigidas a empresas ou ao público em geral, significando em média uma ação por semana.

Para reforçar a divulgação, o Ministério da Economia tem vindo a convidar várias figuras públicas de diversos quadrantes da sociedade portuguesa para serem Embaixadoras do programa. Através dos seus testemunhos e da presença em eventos, os 16 Embaixadores do “Portugal Sou Eu” (Carlos Coelho, Carolina Piteira, Cláudia Vieira, Cristina Ferreira, Cuca Roseta, Fátima Lopes, Fernanda Freitas, Fernando Gomes, Henrique Sá Pessoa, Júlio Isidro, Júlio Magalhães, Justa Nobre, Luís Buchinho, Luís Onofre, Rosa Mota e Vítor Sobral) têm contribuído, através da participação em ações diversas, para sensibilizar e divulgar o programa.

Mais recentemente, o programa lançou a APP “Portugal Sou Eu”, uma aplicação disponível no facebook, iOS, Android e Windows Phone, que permite identificar mais de 3 mil pontos de venda com produtos com o Selo do programa.

Para mais informação deve consultar o Portal www.portugalsoueu.pt

2.2. O Contexto Atual

O atual contexto económico e social deve ser enfrentado por Portugal com medidas de recuperação da economia que incluam a valorização da imagem dos produtos nacionais e estimulem o aumento da produção e da competitividade das empresas portuguesas, em particular as de pequena e média dimensão (PME).

Importa, assim, aumentar a perceção da portugalidade ao consumo de produtos e serviços que produzem valor acrescentado para a economia nacional e cuja produção contribui para a criação de emprego, para a dinamização do mercado nacional e para o equilíbrio da balança de pagamentos, bem como para o alargamento do leque de produtos incluídos numa escolha que se pretende cada vez mais responsável e criteriosa por parte dos consumidores.

O sucesso da Iniciativa depende, em grande parte, da consciencialização do consumidor para o contributo que pode desempenhar na dinamização da economia nacional ao adquirir produtos portugueses.

Assim, importa sensibilizar os consumidores e associações representativas para as implicações do aumento do consumo de produtos e serviços produzidos em Portugal, nomeadamente o aumento do emprego (em particular nalguns setores da indústria e da agricultura), da competitividade das empresas nacionais, bem como os benefícios ambientais decorrentes da diminuição da dependência de transporte dos produtos e consequente redução da emissão de gases com efeito de estufa.

A Iniciativa “PORTUGAL SOU EU” agora apresentada visa a valorização da oferta de produtos / serviços nacionais e a criação de um efeito positivo na sua implantação no mercado interno, e na sua capacidade concorrencial nos mercados internacionais e, garantirá o cumprimento das obrigações decorrentes do direito comunitário, nomeadamente as regras do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e da concorrência.

2.3. Posicionamento

“PORTUGAL SOU EU” é um programa nacional, inclusivo, que abrange todos os atores da economia – empresas, consumidores, administração pública.

O seu desígnio é nacional e transporta um objetivo comum: valorizar a ação coletiva através da ação individual.

O facto de ser um programa de iniciativa governamental aporta credibilidade e segurança às empresas aderentes.

Para o consumidor, e para a sociedade em geral, é uma iniciativa privada, uma vontade individual, que concorre para o bem-estar coletivo.

2.4. Visão

Considerando o facto que existem diversas plataformas de promoção de Portugal desde uma ótica setorial, de *cluster*, ou meramente de promoção de negócios das fileiras industriais, pretende-se que o “PORTUGAL SOU EU” seja uma marca ‘*umbrella*’ que abrace iniciativas de natureza setorial desde que

compatíveis com os princípios e critérios deste programa, visando ganhar dimensão e construir coerência acerca da identificação da marca Portugal.

Mais do que um sistema de identidade, o “Portugal Sou Eu” é uma convocatória agregadora de vontades, afetos e ações de todos os portugueses, produtos, lugares, coisas, pessoas, sem exceção. Um catalisador emocional que nos convoca a todos pelo objetivo de cada português.

2.5. Público-Alvo

A definição do público-alvo é um dos principais pontos para o sucesso da divulgação e promoção de um projeto. Todas as ações de comunicação devem ser projetadas tendo em consideração o público a que se dirigem.

Tendo em consideração a tipologia e âmbito do projeto, vocacionado essencialmente para promover a marca, foram definidos os seguintes públicos-alvo, de acordo com os níveis de alocação propostos:

Target primário

Os consumidores, como referido anteriormente, são definidos como o *target* primário deste novo programa do “Portugal Sou Eu”.

Consumidores - consumidores ativos e consumidores do futuro, procurando estimular uma mudança de atitude, levando ao reconhecimento dos produtos e dos serviços de origem nacional e procurando elevar o “made in Portugal”, promovendo o consumo de produtos e serviços nacionais, através de uma escolha informada assente na qualidade dos produtos e serviços nacionais, promovendo a sustentabilidade do consumo e do ambiente.

Este projeto dirige-se a todos os residentes em Portugal, portugueses espalhados pelo mundo e indivíduos com afinidade a Portugal.

Target secundário

Os diversos agentes económicos, identificados seguidamente, são um público fundamental do projeto, dado que, apesar do foco deste plano estar no consumidor, são os diversos agentes económicos que operacionalizam o projeto, através da sua adesão ao programa “Portugal Sou Eu”.

- i. Produtores de bens e serviços em duas vertentes, enquanto potenciais aderentes para qualificação dos seus produtos/serviços com o selo “Portugal Sou Eu”; e enquanto agentes promotores na incorporação de bens intermédios de origem nacional.
- ii. Agentes do sector do comércio e da restauração como atores principais da relação de intermediação entre a produção e consumo.
- iii. Grandes cadeias de distribuição como aderentes ao programa e enquanto entidades de relevância na ótica da promoção do selo e dos princípios do programa, dada a importância da distribuição moderna nos modos de consumos atuais.
- iv. Grandes empresas, enquanto potenciais motores para cadeias de abastecimento que privilegiem a incorporação nacional.
- v. Associações regionais/setoriais, Autarquias, Universidades que agreguem e promovam produções específicas de pequena escala e promotores da importância do consumo de produtos e serviços de origem nacional na economia portuguesa.
- vi. Compradores institucionais valorizadores da importância para a economia nacional do consumo informado.

3. Campanha Outdoors

As campanhas de comunicação constituem uma atividade fulcral para a afirmação da Iniciativa, uma vez que tem como objetivo reforçar a notoriedade da Marca “Portugal Sou EU”, aumentando assim, a capacidade da Logomarca ser reconhecida e lembrada, sendo um pré-requisito para gerar propostas positivas dos consumidores (finais ou intermédios) e valorizar os produtos/serviços nacionais.

4. Objeto da Consulta

A Campanha de Mupies objeto desta consulta, insere-se na estratégia de campanhas de comunicação definida para a Iniciativa Portugal Sou Eu, fazendo parte da Campanha de Natal 2018, que tem como objetivo específico o apelo à mudança de atitude do consumidor e deverá ser implementada entre a **primeira e a terceira semana de dezembro de 2018.**

O objeto da presente Consulta centra-se nos seguintes aspetos que deverão ser garantidos, entre outros que a entidade proponente tenha por conveniente:

1. **Espaço publicitário em mupies digitais, preferencialmente localizados em centros comerciais, por um período mínimo de 1 semana nas principais cidades do país.**

A entidade proponente deve apresentar:

- a) Memória descritiva dos serviços a prestar: **Número de faces, número de centros comerciais e concelhos abrangidos, número de faces por concelho, número de dias de presença garantidos, valor de tabela e valor da proposta.**
- b) **Programação dos trabalhos.**
- c) **Metodologia de reporte** e indicadores de performance e periodicidade.

5. Período da Prestação do Serviço

Todas as atividades/serviços adjudicados no âmbito da presente consulta deverão ser realizadas entre a data de adjudicação e 31 de dezembro de 2018, preferencialmente entre a primeira e terceira semana de dezembro.

6. Preço Base

Estipula-se um valor máximo de 14.833€ incluindo IVA à taxa legal em vigor.

7. Requisitos Relativos à Segurança e Proteção de Dados

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que lhe tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenha tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pela AEP e da legislação aplicável.

3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.

4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

8. Condições Administrativas

8.1. Forma da Proposta

A Proposta deve ser entregue em suporte papel ou pela via eletrónica em ficheiro tipo pdf, que permita a leitura sem restrições tecnológicas.

A Proposta deve ser redigida em língua portuguesa, deverá ser acompanhada por *dossier*, no qual a empresa apresentará a seguinte informação:

- a) **Preço** expresso em euros, por extenso e algarismos, com inclusão do IVA. Em caso de dúvida ou discordância, prevalecerá o valor indicado por extenso (o valor da proposta deve incluir honorários, deslocações e eventuais custos de comunicações);
- b) **Condições de pagamento:** as constantes do ponto 8.4. deste documento;
- c) **Memória descritiva** dos serviços a prestar conforme indicado no ponto 4;

8.2. Documentos que Acompanham a Proposta

A Proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração comprovativa de que não se encontra em dívida ao Estado Português por impostos liquidados nos últimos três anos.
- b) Documento comprovativo de que se encontra regularizada a sua situação relativamente às contribuições para segurança social em Portugal.

- c) Documento comprovativo da última entrega da declaração periódica de rendimentos, para efeitos de IRC.
- d) Lista de referência ou carteira de clientes.
- e) Caso seja associado da AEP e/ou aderente ao “Portugal Sou Eu”, comprovativo da condição de associado e/ou aderente com as quotas em dia.
- f) Demais documentação que o concorrente entenda por conveniente no sentido de atestar as habilitações profissionais, idoneidade, capacidade financeira e técnica.

8.3. Apresentação e Prazo da Proposta

A Proposta bem como os documentos que a acompanham podem ser entregues na AEP – Associação Empresarial de Portugal, até às 18h00 do dia 30 de novembro 2018, em envelope fechado, dirigido a:

AEP – Associação Empresarial de Portugal
Serviço de Compras
Edifício de Serviços – Av. Dr. António Macedo, 196;
4450-617 Leça da Palmeira

Ou, em alternativa, por correio eletrónico, para o endereço compras@aeportugal.pt, até às 23h59 do dia 30 de novembro de 2018 fazendo referência à identificação da presente Consulta.

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

8.4 Condições de Pagamento

Os pagamentos dos serviços a contratar serão efetuados 30 dias após o recebimento do incentivo por parte do COMPETE, contra fatura, com indicação da respetiva nota de encomenda.

8.5. Critérios de Seleção

As propostas serão classificadas em função dos seguintes critérios de avaliação:

- Preço dos Serviços – 40%
- Número de faces e número centros comerciais/concelhos – 30%
- Perfil da Cobertura – 20%
- Metodologia de reporte e indicadores de desempenho – 10%

8.6. Negociação

As propostas apresentadas poderão ser objeto de negociação.

8.7. Dúvidas e Esclarecimentos

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através de correio eletrónico para Compras@aeportugal.com.
- b) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito e dirigidos a todos os proponentes.

8.8. Análise e Exclusão das Propostas

São consideradas inaceitáveis as propostas que:

- Respondam parcialmente aos elementos mencionados no ponto 4.

A entidade adjudicante reserva o direito de não vir a selecionar nenhuma das propostas à presente consulta se após a ponderação criteriosa as circunstâncias assim o determinarem.

8.9. Minuta do Contrato, Notificação e Obrigações Contratuais

- a) Ao adjudicatário, com base na presente consulta, será enviada cópia da minuta do contrato a celebrar, para sua aprovação;
- b) O adjudicatário terá que devolver a minuta aprovada ou com proposta de alterações, no prazo de cinco dias úteis a contar da data da sua receção;
- c) Será celebrado o contrato, em data a fixar pela entidade adjudicante com o acordo do adjudicatário;
- d) Os direitos de autor e conexos dos trabalhos adjudicados ficarão pertença da AEP. Os diferentes suportes da proposta selecionada poderão ser utilizados em qualquer forma de comunicação e em qualquer altura.

8.10. Entidade Adjudicante

AEP – Associação Empresarial de Portugal

Serviços de Compras
Avenida Dr. António Macedo, 196
4450-617 Leça da Palmeira

Leça da Palmeira, 23 de novembro de 2018